



Universidade Federal do Paraná  
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes – SCHLA  
Programa de Mestrado em Ciência Política  
Teoria Política I – HC780

## **Questões de método nas ciências sociais, um debate entre o Marxismo, o humanismo histórico e os elitistas a partir de uma leitura historicista**

Trabalho apresentado a disciplina de Teoria Política I do programa de pós-graduação em Ciência Política ministrada pelo professor Renato Monseff Perissinotto.

**Autor:** Marco Antônio Konopacki.

Curitiba, 27 de abril de 2010.

Entender a prática sociológica nos mostra como um desafio tal qual o era no final do século XIX. Por se tratar de uma ciência subjetiva por excelência e, por isso, seu analista ser parte do contexto de análise, os *intérpretes jamais conseguem captar a plenitude das emoções que ultrapassam sua própria experiência* (RINGER, 2004, pg 39). A partir da prática epistemológica, os cientistas sociais aprimoram as técnicas para análise sociológica, mas com importantes separações metodológicas de como esta deve ser exercitada.

Nosso ponto de partida é o historicismo, forma de abordagem dos fenômenos e das culturas humanas que surgiu no espaço acadêmico da Europa ocidental na segunda metade do século XVIII e que está presente no pensamento de grandes clássicos das ciências sociais como Karl Marx e Max Weber. Nosso objetivo também é comparar essa perspectiva de análise com o da escola elitista do início do século XX, principalmente a proposta do método histórico comparado lançado por Gaetano Mosca.

Marx entende que a busca da apreensão da realidade social deve partir do concreto (num primeiro momento a representação caótica de um todo) para o abstrato e partir da análise de suas determinações históricas, reapreender o concreto, mas agora este contido numa “rica totalidade de determinações e relações diversas” (MARX, 1996, pg 39). A partir dessa afirmação, entendemos que o pensamento marxista se preocupa com o exercício do entendimento do porquê a realidade se constitui de uma dada maneira e não de outra, inserindo o sujeito como elemento na determinação desta realidade em reciprocidade com o objeto no processo da história, ou seja, numa relação *dialética entre sujeito e objeto* (LUKÁCS, 1974, pg 27). Esta forma de entender a realidade também se reflete na forma da análise sociológica, na qual o concreto não pode ser concreto se não em relação dialética o todo (“o concreto só é concreto porque é a síntese de muitas determinações”, MARX, 1996, pg 39). Lukács, assim como Marx, nega a possibilidade de uma ciência “puramente contemplativa” e não prática (LUKÁCS, 1974, pg 18) presente também na crítica que Marx faz os economistas do século XVII, quando estes começam pelo todo vivo para construir suas categorias de análise (a população, a nação, os Estados). Dessa forma o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida (MARX, 1996, pg 40).

A causalidade histórica é um composto fundamental no entendimento da construção da esquete mental para busca das determinações que fizeram o concreto se mostrar como concreto para o observador. Neste ponto, o pensamento de Marx se assemelha ao pensamento positivista como modelo mental, mas não como forma de entendimento da realidade ao ponto

que aquele desconsidera o componente histórico que o determinou e busca uma verdade a-histórica universal. Marx acredita que a evolução das categorias que se eleva da mais *simples a mais complexa corresponde ao processo histórico efetivo* (MARX, 1996, pg 41). Ainda ele: *O dinheiro pode existir, e existiu historicamente, antes que existisse o capital, antes que existissem os Bancos, antes que existisse o trabalho assalariado. Desse ponto de vista, pode-se dizer que a categoria mais simples pode exprimir relações dominantes de um todo menos desenvolvido, ou relações subordinadas de um todo mais desenvolvido, relações que já existiam antes que o todo tivesse se desenvolvido, no sentido que se expressa em uma categoria mais concreta* (Ibid, pg 41).

Dessa forma, para Marx, a evolução da humanidade (citada no parágrafo anterior comparada a mais desenvolvidos e menos desenvolvidos) também é a evolução do capitalismo e a evolução deste também é a própria evolução das categorias que o determinou e o determina.

Ao analisarmos o pensamento dos elitistas do início do século XX, percebemos semelhanças na forma de abordagem, inclusive inserindo a análise histórica como ferramenta para apreensão de conceitos. Gaetano Mosca, em seu livro “A classe política” descreve que *o homem, ou ao menos as grandes raças humanas tem uma tendência psicológica poderosa e constante que impulsiona o homem a um grau cada vez maior de cultura e progresso social* (MOSCA, 1992, pg 93, grifo meu). A ideia de movimento histórico do progresso social também tem utilidade para analisar os diversos casos que levariam sociedades serem mais ou menos desenvolvidas. Neste caso, Mosca sugere que é necessário um método que possibilite o conhecimento *amplo e exato* da história (Ibid, pg 95). Seu método histórico comparativo procura, a partir da análise histórica, constituir generalizações e criar leis objetivas para orientação da ação social. Mosca sugere que com a evolução dos estudos dentro das ciências sociais isso será possível, pois *se o estudioso das ciências sociais podia antes intuir somente, agora conta com meios para observar de forma ampla e com os instrumentos e materiais para provar* (Ibid, pg 96-97). Os grifos do próprio autor demonstram sua necessidade na análise científica em ser observável e ser posta a prova, o que caracteriza o pensamento positivista dentro da obra de Gaetano Mosca. Ainda sobre as tendências psicológicas que tornam as sociedades “melhores” *tais tendências, por conseguinte, atuam com maior ou menor força, ou podem inclusive serem sufocadas, ao passo que se encontrem com um ambiente físico mais ou menos favoráveis, ou influenciadas por um complexo de circunstância que se chamaria caso fortuito, e como elas são mais ou menos combatidas pelo ambiente social, isto é, por outras tendências psicológicas igualmente gerais e constantes*

(Ibid, pg 93, grifo meu).

Podemos notar essa busca por uma uniformidade e comprovação, assim como a busca utilitarista das teorias sociais, também em outro elitista positivista Vilfredo Pareto. *Se não se admite que há uniformidades, o conhecimento do passado e do presente é uma pura curiosidade e nada se pode deduzir quanto ao futuro; (...) Se, ao contrário, pretende-se tirar do conhecimento do passado a mínima dedução referente ao futuro, é porque se admite, pelo menos implicitamente, que há uniformidades* (PARETO, 1984, pg 13). Sobre a evolução das ciências psicológicas para o entendimento pleno das ciências sociais Vilfredo Pareto está muito próximo do pensamento de Gaetano Mosca: *A Psicologia é, evidentemente, o fundamento da Economia Política e, de modo geral, de todas as Ciências Sociais. Talvez chegue o dia em que possamos deduzir dos princípios da Psicologia as leis da Ciência Social, da mesma maneira que, um dia talvez, os princípios da constituição da matéria nos dêem, por dedução, todas as leis da Física e da Química; estamos porém ainda bem longe desse estado de coisas, e é preciso tomar outro caminho. Devemos partir de alguns princípios empíricos para explicar os fenômenos da Sociologia, assim como da Física e da Química. No futuro, a Psicologia, prolongando mais a cadeia de suas deduções, e a Sociologia, remontando aos princípios sempre mais gerais, poderão junta-se e constituir uma ciência dedutiva* (Ibid, pg 29).

A partir da década de 1880 começou a se proliferar entre alguns acadêmicos alemães as discussões metodológica de revitalização das disciplinas humanísticas e interpretativas. *Entretanto, o campo intelectual alemão dessa época caracterizava-se também por uma ampla repulsa ao “positivismo” e ao suposto excesso de especialização acadêmica* (RINGER, 2004, pg 29). *A grande maioria dos acadêmicos alemães dedicados a ciências outras que não as naturais desconfiava profundamente dos pontos de vista cientificistas que envolvessem uma metafísica do determinismo mecanicista ou “materialismo”* (Ibid, pg 31). Dentro dessas duas sentenças percebemos o embate direto dos humanistas tanto com as proposições colocadas pelos materialistas quanto pelos próprios elitistas. O historicismo contido nos humanistas, procura extrair do mundo histórico a interpretação da mente e do espírito humano tais quais como eles se expressam. *(...) as disciplinas interpretativas trabalham essencialmente a mente e o espírito (Geist) humano tais quais se expressam no mundo histórico. Não procuram regularidades ou “leis”, nem almejam o tipo de conhecimento que permite “dominar” o ambiente. Sua atenção se volta para o único – e para a ação livremente escolhida. (...) A ação humana só pode ser compreendida “de dentro”, em termos de intenções e crenças* (Ibid, pg 36).

Se retornarmos a afirmação apresentada no começo desse texto: *Os intérpretes jamais conseguem captar a plenitude das emoções que ultrapassam sua própria experiência*. Georg Simmel irá complementar no texto de Ringer: *todavia um certo grau de percepção é aparentemente possível mesmo com respeito a sentimentos desconhecidos* (Ibid, pg 39). Ou seja, se olharmos para a história e essa não é capaz de se mostrar por completo, pois é uma limitação do cientista social não conseguir captar a plenitude dos sentimentos e da intenção dos agentes da história, conseqüentemente, segundo Ringer *apud* Simmel *não é lícito esperarmos decompor um estado complexo em todos os seus elementos constitutivos e tais estados com quase certeza não reaparecerão exatamente com os mesmos componentes*. Assim, *uma conexão absoluta regida por leis, entre dois eventos históricos considerados totalidades, é efetivamente impossível* (Ibid, 40). Essa afirmação dialoga diretamente com o materialismo histórico de Marx, quando nega a capacidade de decompor um estado completo em seus elementos constitutivos, ou seja, nega a possibilidade de extrair do objeto todas as suas determinações; e também é uma crítica ao positivismo, quando nega a possibilidade de do estabelecimento de relações determinísticas que poderiam se tornar leis a partir do estabelecimento de relações causais diretas.

Max Weber é o principal nome dentro da sociologia interpretativa e é ele que lança os fundamentos metodológicos mais consistentes para o estudo das ciências sociais a partir dessa abordagem. Sua proposta é o estudo do sentido e as conexões de sentido subjetivamente determinados pela ação social entre indivíduos. Por conceito de ação social de Weber, entende-se a ação (ou omissão ou tolerância) que orienta-se pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou esperado como futuro (WEBER, 1991, pg 13). Weber classifica os tipos possíveis de ação social como 1) *ação social racional relacionada a fins, quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas*; 2) *ação social racional referente a valores, quanto a compreensão pela crença consciente no valor ético, estético e religioso*; 3) *Ação estritamente tradicional, quanto a reação mecânica de imitação puramente reativa ligada a um sentido comum estabelecido*; 4) *Ação estritamente afetiva, quanto a sublimação da ação pela simples descarga consciente do estado emocional* (Ibid, pg 15). Como método racional para análise das ações sociais, Weber propõe o conceito de tipos ideais que são modelos mentais causais obtidos através de possibilidades a partir de um fenômeno concreto (Ibid, pg 6). Contudo, esse modelo serve de base apenas para análise de desvios no sentido original atribuído a ação social, porque, segundo o próprio Weber, *o conhecimento das leis da causalidade não poderá constitui o fim, mas apenas o meio da investigação* (WEBER, 1984, pg 129). Ainda Weber *no que diz respeito à investigação, o conceito de tipo*

*ideal propõe-se a formar o juízo de atribuição. Não é uma “hipótese”, mas pretende apontar caminhos para formação de hipóteses. Embora não constitua uma exposição da realidade, pretende conferir a ela meios expressivos unívocos (Ibid, pg 137).*

Por fim, é interessante observar a crítica que Weber faz ao pensamento funcionalista do materialismo que, segundo ele, perdeu parte de sua *capacidade de fornecer explicações científicas apenas pela consequência da inaudita ausência de espírito crítico, no que diz respeito à interpretação da realidade, concebida como “método universal”, no sentido de uma dedução e todos os fenômenos culturais a partir de condições que, em última instância, seriam “economicamente condicionadas” (...)* uma tentativa muito comum para manter, apesar de tudo, a supremacia do econômico, consiste em interpretar as constantes cooperações e interações dos diferentes elementos da vida cultural como dependendo causal ou funcionalmente uns dos outros, ou melhor, de um único elemento: o econômico. Deste modo, quando uma determinada instituição não-econômica realiza também, historicamente, uma determinada “função” a serviço de quaisquer interesses econômicos de classe, essa instituição é apresentada como expressamente criada para tal função, ou, em sentido completamente metafísico, como tendo sido moldada por uma “tendência de desenvolvimento” de caráter econômico (WEBER, 1984, pg 122-123). Weber irá refutar totalmente essa forma de entender a realidade, com argumentos já apresentados nesse texto, mas nessa mesma obra citada quando afirma que a *ciência social que pretendemos exercitar é uma ciência da realidade. (...) Acontece que, tão logo tentamos tomar consciência do modo como se nos apresenta imediatamente a vida, verificamos que ela se nos manifesta “dentro” e “fora” de nós, sub uma quase infinita diversidade de eventos que aparecem e desaparecem sucessiva e simultaneamente (Ibid, pg 124).*

Mesmo Max Weber ser considerado por vezes um pouco monótono na exposição de suas ideias, existem frases que poderiam tocar o mais duro dos cientistas sociais como a que segue: *A realidade irracional da vida e o seu conteúdo de possíveis significações são inesgotáveis, e a configuração concreta das relações valorativas mantém-se flutuante, submetida às variações do futuro obscuro da cultura humana; a luz propagada por essas ideias supremas de valor ilumina, de cada vez, uma parte finita e continuamente modificada do curso caótico de eventos que fluem através do tempo (Ibid, pg 153).* A simplicidade e, ao mesmo tempo, sofisticação dessas palavras nos faz refletir que é cada vez mais necessário um sentido humanizador para o estudo das ciências sociais, em contraponto a um cenário desumanizador imputado pelo capitalismo contemporâneo.

## Referências bibliográficas

LUKÁCS, Georg. “O que é marxismo ortodoxo?”. In: História e consciência de classe, Lisboa, Publicações Escorpião, 1974.

MARX, Karl. “Para a crítica da Economia Política”. In: Karl Marx, Os Pensadores. São Paulo, Editora Nova Cultural, 1996.

MOSCA, Gaetano. La clase política. Méxic, Fondo de Cultura Económica, 1992 [versão resumida por Norberto Bobbio], Capítulo I. “El método en la ciência política”.

PARETO, Vilfredo. “Manual de Economia Política”. In: Os economistas. São Paulo, Abril Cultural, 1984. Capítulo I, “Princípios Gerais” e Capítulo II, “Introdução à Ciência Social”.

RINGER, Fritz. “A metodologia de Max Weber: Unificação das ciências culturais de sociais”. São Paulo, Edusp, 2004, Capítulo I.

WEBER, Max. “Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva”. Brasília, Editora UNB, 1991. Capítulo I.

\_\_\_\_\_. “A objetividade do conhecimento nas ciências sociais”. In: Max Weber, Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Editora Ática. 1984.

\_\_\_\_\_. “Critical Studies in the Logic of the Cultural Sciences”. In: The Methodology of the Social Science. ABD Publishers, Jaipur, India, 2004.